

**SÉRIE TEXTOS DE DISCUSSÃO CEAG/UnB**

**003/16**

**0020**

**Reflexões sobre a heterogeneidade estrutural brasileira e as  
cadeias globais de valor**

**Talita Daher**

**Luiz Guilherme de Oliveira**

**Centro de Estudos Avançados de Governo e de  
Administração Pública - CEAG**

**Brasília**

**2016**



**Universidade de Brasília**

**Reitor** Ivan Marques de Toledo Camargo



**Centro de Estudos Avançados de Governo e  
Administração Pública**

**Coordenador** Paulo Carlos Du Pin Calmon

**Laboratório de Análise de Políticas Públicas do  
CEAG (LAPP/CEAG)**

O Laboratório de Análise de Políticas Públicas do CEAG (LAPP/CEAG) é formado por professores e alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE/UnB), Instituto de Ciência Política (IPOL/UnB) e Faculdade de Tecnologia (FT/UnB). Seu objetivo é desenvolver atividades de pesquisa sobre temas relacionados à avaliação e análise de políticas econômicas e sociais. Com esse intuito o grupo apoia o desenvolvimento de pesquisas fundamentadas em diferentes abordagens metodológicas, estimula a elaboração de artigos, dissertações e teses, promove encontros acadêmicos e incentiva a participação de seus pesquisadores em eventos científicos no Brasil e no exterior.

**Textos para Discussão (TD)**

Reflexões sobre a heterogeneidade  
estrutural brasileira e as cadeias globais de  
valor

Talita Daher  
Luiz Guilherme de Oliveira

**Editor:** Luiz Guilherme de Oliveira

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos por pesquisadores do CEAG da Universidade de Brasília (UnB).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEAG/UnB.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.ceag.unb.br/ceag/public/biblioteca/index/tema/padrao/tipo/TD>

## RASCUNHO

# **Reflexões sobre a heterogeneidade estrutural brasileira e as cadeias globais de valor**

Talita Daher<sup>1</sup>

Luiz Guilherme de Oliveira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo discute a inserção da economia brasileira nas Cadeias Globais de Valor (CGV), considerando-as não como um fenômeno novo, mas que acompanham o processo de globalização contemporaneamente. No contexto de cadeias globais de valor, é levado em consideração o conceito da heterogeneidade estrutural dentro de economias centrais periféricas, o que condiciona a inserção qualitativa destes países nas CGV e na elaboração de suas políticas industriais e de inovação. O artigo discute, em particular, o lugar do Brasil nas cadeias globais, que apresenta pouca relevância no nível global e, no nível regional, uma integração produtiva pouco significativa.

**Palavras-chave:** Cadeias Globais de Valor; Heterogeneidade Estrutural; Desenvolvimento.

### **Abstract**

This article discusses the integration of the Brazilian economy in the Global Value Chains (GVC), considering them not as an new issue, but accompanying the current globalization process. In the context of global value chains, it is taken into account the concept of structural heterogeneity within peripheral economies, which affects the qualitative integration of these countries in the GVC and the development of its industrial and innovation policies. This article discusses, in particular, Brazil's place in

---

<sup>1</sup> Foi aluna no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, CEPPAC/UnB.

<sup>2</sup> Pesquisador do CEAG/UnB. Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB). (lgoliveira@unb.br).

the global chains, which has little relevance at the global level and, at the regional level, presents a minor productive integration.

**Keywords:** Global Value Chains; Structural Heterogeneity; Innovation; Center and Periphery; State; Brazil.

## Introdução

O processo de internacionalização das economias dos principais países da economia mundial vem se intensificando nos últimos anos. Cada vez mais as empresas fragmentam seus processos de produção e alocam atividades produtivas em diferentes regiões do planeta, formando as Cadeias Globais de Valor (CGV), que literalmente transformam a importância dos países no comércio e na fabricação internacional de bens e serviços. Atualmente, está em discussão o papel de cada país nas chamadas Cadeias Globais de Valor (CGV), notadamente dominadas e definidas por grandes corporações multinacionais.

A busca por uma melhor inserção de países periféricos em CGV pode ser compreendida como uma estratégia de aumento de competitividade construída a partir de políticas públicas, em um esforço voltado para o desenvolvimento produtivo e para a conquista, ou ampliação, de mercados. Neste sentido, mostra-se clara a trajetória bem sucedida dos países Asiáticos no esforço de maior participação, e inserção, de suas empresas nas CGV. Conforme afirma Nayyar (2013) “(...) está claro que o aumento substancial da participação dos países em desenvolvimento no PIB global, de 1980 a 2008, pode ser inteiramente atribuído a Ásia” (Nayyar, 2013: 94).

Dados recentes da UNCTAD demonstram que a inserção dos países latino americanos, com destaque para o Brasil, junto às CGV tem se dado de forma marginal<sup>3</sup>. No entanto, dada a perspectiva de baixa inserção destes países no comércio internacional a formulação das políticas públicas com foco no desenvolvimento produtivo torna-se complexa. Tem-se claro que nos países periféricos as características de heterogeneidade estrutural limitam, e muito, o desenvolvimento e crescimento econômico.

---

<sup>3</sup> “A participação da América Latina no comércio internacional reduziu-se à metade entre 1950 e 2010, baixando de quase 12% nas exportações e 10% nas importações para menos de 6% em ambas” (Nayyar, 2013: 127).

Obviamente, o Brasil se inseri neste grupo de países periféricos, com forte característica de heterogeneidade estrutural. Desta forma, sua inserção nas CGV se dá de maneira marginal, salvo as exceções conhecidas, sendo incapaz de cumprir o papel de elevar o padrão concorrencial da indústria local. O fato é que isoladas de outras estratégias de inserção e desenvolvimento, as CGV não são capazes de romper, por si só, com os atuais padrões de comércio internacional.

É importante ressaltar que no caso específico do Brasil, destaca-se a heterogeneidade estrutural em termos produtivos e sociais. Assim, para enfrentar os desafios presentes e futuros impostos pela lógica das CGV, faz-se necessário avançar em inovação, pesquisa e desenvolvimento (P&D), novas tecnologias, novos produtos, processos e serviços, estruturando políticas públicas que impulsionem uma maior participação dessas atividades na estrutura produtiva, buscando assim o aperfeiçoamento da produtividade das indústrias, promovendo ao mesmo tempo o crescimento de sua participação nas exportações mundiais e na nova economia industrial. Ao mesmo tempo, faz-se necessário buscar meios de redução da forte disparidade presente no mercado de trabalho no que diz respeito, por exemplo, a qualificação técnica.

O presente artigo busca entender o fenômeno das CGV à luz da heterogeneidade estrutural da economia brasileira, e divide-se em três partes. A primeira parte traz uma reflexão sobre a heterogeneidade estrutural nos países periféricos, nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e tecnológicos, dificultando a sua inserção qualificada nas cadeias globais de valor. A segunda parte discute como o Brasil se insere nas CGV e a necessidade da ação do Estado, e de políticas públicas, que minimize os atuais gargalos para uma inserção mais qualificada nestas cadeias. A terceira parte traz uma reflexão sobre possíveis caminhos para a inserção do Brasil nas CGV. As considerações finais apontam para a necessidade de se traçar uma estratégia de país, uma vez que as discussões em torno das CGV incluem temas variados, como as motivações e operações das empresas, bem como a aplicação de políticas industriais.

## **2. A Heterogeneidade Estrutural e a inserção dos países periféricos nas CGV**

É ainda na década 70, do século 20, que o processo de internacionalização produtiva passa a ocupar uma espaço maior nas estratégias produtivas das empresas nos países centrais. Este movimento se acentua durante os anos 80 e, finalmente, se

consolida ao longo dos anos 90. Porém, é nos anos 2000 que a agenda sobre uma possível inserção qualitativa nas CGV passa a ocupar a agenda dos países periféricos.

Este cenário, de internacionalização produtiva via CGV, impactou os processos decisórios relacionados à concepção, desenvolvimento, produção e comercialização que hoje dependem de arranjos entre as firmas industriais e suas competências, para atender de forma eficiente a agregação de valor aos produtos inseridos no mercado mundial. Assim, não só a competitividade das firmas passou a ser influenciada pela maneira como estão inseridas nas CGV, mas, principalmente a competitividade dos próprios países.

Neste artigo, consideramos CGV como um conjunto de atividades das empresas e pessoas envolvidas na produção de um bem ou serviço, desde sua concepção até o consumo final, incluindo também serviços de pós-venda, espalhados pelo mundo. No processo produtivo, incluem-se atividades de formulação, P&D, produção, marketing, distribuição. Como o nome sugere, CGV, referem-se à fragmentação contínua e complexa dessas atividades pelo mundo, seja por meio da distribuição de estágios de produção de uma firma entre diversos países, seja pela terceirização de parte da cadeia de valor desta firma para outros países. Em suma, uso da expressão “cadeia de valor” em substituição a “cadeia produtiva” ressalta a idéia de agregação de valor inerente a cada uma das atividades realizadas (MARTINS CESAR de OLIVEIRA, 2013).

É importante ter em mente que as CGV são, hoje, um fato. Sua ascensão reformulou a estrutura dos fluxos comerciais mundiais. Neste contexto, os bens são produzidos com insumos provenientes de diferentes países, assim, conseqüentemente, as exportações de um país dependem, cada vez mais, de valor acrescentado por diferentes fornecedores. No entanto, o nível de participação nas CGV nos países periféricos não é o mesmo. Questões como: condições geográficas, heterogeneidade estrutural, assimetrias tecnológicas e a ação do Estado deverão ditar a forma de participação, e de inserção, destes países nas CGV. Atualmente, para a maioria dos países periféricos a inserção nas CGV é feita de forma desigual, sem, necessariamente, obter ganhos econômicos.

Octavio Rodriguez (2009: 587) cita a economia mundial como um “campo de jogo: essencialmente desnivelado, que se reflete na concentração de capital e na geração tecnológica nos países desenvolvidos, e deste modo em sua forte concentração no comércio de bens e serviços”. Também, alinhada com o estruturalismo histórico, no documento *Globalização e Desenvolvimento* (2002), a Comissão Econômica para a América

Latina e o Caribe (CEPAL) sustenta que o processo de globalização, que acompanhou o rápido avanço técnico dos últimos quatro quinquênios, “deu origem não só a uma crescente interdependência, mas também a marcadas desigualdades internacionais” (RODRIGUEZ, 2009, apud CEPAL, 2002, p. 77). Tais desigualdades podem ser consideradas assimetrias-chave – tecnológicas, de mobilidade de recursos, financeiras, etc. –, peculiares do sistema econômico internacional atual (RODRIGUEZ, 2009).

Para um melhor entendimento sobre a questão das desigualdades é fundamental compreender os conceitos de centro-periferia e heterogeneidade estrutural. Cunhada por Raúl Prebisch, ainda na primeira fase do estruturalismo histórico<sup>4</sup>, para caracterizar a condição da economia mundial, a expressão *centro-periferia* apresenta especificidades de dois grupos de economias em que um deles quase sobrepuja-se ao que ficou conhecido como subdesenvolvido. Trata-se de um esforço de compreensão dos condicionantes do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Por outro lado, a *heterogeneidade estrutural* (HE) é resultado de uma evolução histórica, portanto, não natural, e que causou desigualdades setoriais, regionais e de renda.

No sistema centro-periferia, a idéia de heterogeneidade é utilizada para definir as características de ambos os pólos da economia mundial, mas a ênfase recai sobre a periferia, definindo-a de maneira contraposta ao modo de ser do outro pólo (o centro). Essa idéia pode ser empregada para caracterizar a estrutura produtiva que tenha como peculiaridade a coexistência de atividades econômicas nas quais a produtividade do trabalho é elevada, com outras de produtividade mais reduzida. A estrutura produtiva periférica é definida por seu caráter especializado, a chave da condição periférica está no descompasso de sua estrutura produtiva, especializada e heterogênea. Os centros, por sua vez, são economias diversificadas, com o progresso técnico que pode alcançar um maior espectro de atividades. Na periferia, as exportações concentram-se em poucos bens primários, sendo a diversificação horizontal, a complementaridade intersetorial e a integração vertical reduzidas de tal forma, que uma ampla gama de bens, sobretudo industriais, deve ser obtida via importação. Tal qual a especialização, a heterogeneidade, como característica estrutural da economia periférica, contrapõe-se às economias do pólo central, consideradas mais homogêneas. Segundo Octavio Rodriguez (2009) são nas economias centrais que as técnicas capitalistas de produção penetram em primeiro lugar;

---

<sup>4</sup> Para uma análise detalhada ver Oliveira 2015b

a periferia, em contrapartida, é constituída por economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional.

Diferentemente dos centros, na periferia há uma insuficiência dinâmica<sup>5</sup>, uma incapacidade do sistema de absorver a mão de obra do país nos setores mais produtivos. Numa condição de heterogeneidade, o sistema é incapaz de gerar um impulso dinâmico necessário para que se difunda o progresso técnico, e para que se gerem empregos em atividades de mais alta produtividade. Dito de outro modo, pode-se conceber que centro e periferia são historicamente resultado da forma como o progresso técnico se propaga na economia mundial. A expressão centro-periferia designa, portanto, um modelo que representa uma dualidade estrutural do sistema econômico mundial.

A partir do entendimento sobre as questões de centro-periferia e heterogeneidade estrutural, é possível avaliar a estrutura produtiva da América Latina. Aníbal Pinto (1979) propôs uma tipologia para compreender economias, que pode ser caracterizada em três grandes camadas, setores ou extratos (PINTO, 1979):

- Camada primitiva, na qual a produtividade e os ganhos são reduzidos, semelhantes aos que preponderavam durante o período colonial;
- Camada intermediária, que corresponde mais de perto à produtividade média do sistema nacional;
- Pólo moderno, composto por atividades de exportação, industriais e de serviços que funcionam com níveis de produtividade semelhantes às médias das economias desenvolvidas.

Do ponto de vista do estruturalismo, os países periféricos podem se desenvolver apoiados na transferência de fatores produtivos, marcadamente mão de obra, dos setores primitivos para os modernos. O pensamento neoestruturalista complementa: o desenvolvimento e uma melhor distribuição da renda podem se tornar possíveis, se houver um aumento nas capacidades tecnológicas da indústria por meio de uma maior participação dos setores difusores de tecnologia na estrutura produtiva.

---

<sup>5</sup> Insuficiência dinâmica pode ser entendida como a incapacidade de a economia fazer os setores modernos (indústria e atividades correlatas) crescerem o suficiente, através de investimentos, para que absorvam a população expulsa das atividades arcaicas e/ou desempregada tecnologicamente. Em outras palavras, era a incapacidade do sistema de absorver nos setores dinâmicos a mão-de-obra excedente.

No que concerne aos setores modernos, estes adquiriram um considerável grau de autonomia na sua dinâmica econômica interna. Tendem a crescer apoiados em suas próprias forças e estabelecem seus próprios circuitos de receita-despesa, poupança-investimento. A tendência ‘espontânea’ desses setores aponta na direção de uma irradiação menor para a periferia ‘interna’ e de uma concentração (ou apropriação) maior de seus ganhos de produtividade. São claras as desvantagens desse sistema, já que a camada primitiva não absorve o excedente gerado pelo pólo moderno, gerando, assim, novos padrões de consumo de características suntuárias (PINTO, 1979). Quanto maior o fluxo desses novos padrões de consumo, maior a taxa de exploração do trabalho e, portanto, provável maior pobreza e desigualdade. O financiamento do consumo passa a ter tanta ou mais importância do que o financiamento dos investimentos. É o consumo conspícuo e imitativo em relação aos países centrais, que acentuam o quadro persistente da heterogeneidade estrutural no país. Como afirma Furtado (1974) a insistência em replicar um padrão de crescimento e desenvolvimento, a luz dos países centrais, torna-se inviável em função das assimetrias técnicas existentes entre países centrais e periféricos, além da forte heterogeneidade estrutural presente na realidade dos países latino americanos.

*“Os padrões de consumo da minoria da humanidade que atualmente vive nos países altamente industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia. Essa idéia constitui, seguramente, um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia da revolução burguesa, na qual se criou a atual sociedade industrial”* (FURTADO, 1974:16).

Diante desse quadro de dependência, Aníbal Pinto destacou outro modelo ou estratégia de desenvolvimento que trata das seguintes questões: a disseminação do progresso técnico; ampliação do mercado interno; homogeneização do sistema; e a conquista de um grau maior de autonomia ou de capacidade de auto-sustentação desse processo em relação às influências externas.

*“Postula-se uma reconversão do setor moderno, de tal modo que seu potencial, em vez de servir primordialmente aos interesses e reivindicações de uma caricatura de sociedade abastada, dedique-se a*

*transmitir seu progresso ao restante da economia, a elevar as populações, as áreas ou os setores atrasados”* (PINTO, 1979: 585).

Nesse sentido e, de certo modo, reforçando o pensamento cepalino, Wallish e posteriormente Oliveira (2015a) afirma que, em países periféricos, o Estado possui papel diferenciado e importante ao viabilizar a internalização de inovações desenvolvidas em países centrais. Para Oliveira, a idéia da atuação do Estado é a de promover inovações no setor público, expandindo o capitalismo periférico. O Estado como agente visível, ativo e inovador, que passa pela articulação com o setor privado, pela oferta de bens públicos, pela distribuição de renda e, até mesmo, pela articulação de uma política macroeconômica coerente com a sua realidade.

De qualquer modo, o Estado teria papel fundamental, assim como sugerido por Wallich, se conseguisse reter o excedente gerado pelo setor moderno.

E qual a relevância das CGV nesse ambiente? Dado o contexto de heterogeneidade estrutural nos países periféricos, o debate sobre o impacto das CGV no aprendizado tecnológico e no processo de construção de capacidades dentro das empresas, traz em seu bojo uma reflexão importante sobre o foco das políticas industriais ou de inovação. Tais políticas deveriam concentrar-se não só em uma melhor inserção nas CGV, mas, também, em tornar as empresas mais competitivas internamente, produzindo bens de maior valor agregado e empregos mais qualificados. Faz-se necessário focar na concepção de políticas voltadas ao desenvolvimento de um sistema de inovação eficiente e adequado a realidade local, viabilizando que as empresas nacionais sejam mais competitivas no mercado externo. Tais estratégias fortaleceriam a base industrial do país, permitindo, assim, uma possível e qualificada integração nas CGV. Se o Estado passa a agir por meio de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento inovador e produtivo, respeitando suas especificidades locais, as empresas podem desenvolver capacidades e competências técnicas para atuar de forma mais ativa na agregação de valores para o mercado. O Estado passa a ser um agente inovador, ou indutor da inovação, o ator responsável pela dinâmica econômica (OLIVEIRA, 2015a).

### **3. O Brasil nas Cadeias Globais de Valor**

Diante do baixo dinamismo da produção industrial, uma maior inserção do Brasil nas CGV é por vezes apontada como uma das soluções para a elevação da produtividade e da escala da produção nacional, bem como para o país percorrer, de forma acelerada, o caminho anteriormente traçado pelos países centrais, atingindo o nível de renda e consumo destes. Celso Furtado, no entanto, sempre apontou para o equívoco dessa visão que determina uma eterna dependência, na medida em que ao “imitar” os padrões de consumo dos países desenvolvidos, pode-se acentuar ainda mais as diferenças internas de riqueza e renda, acirrando tensões políticas e crises crônicas na economia. Tudo isso inviabilizando o investimento e aprofundando a heterogeneidade estrutural do país.

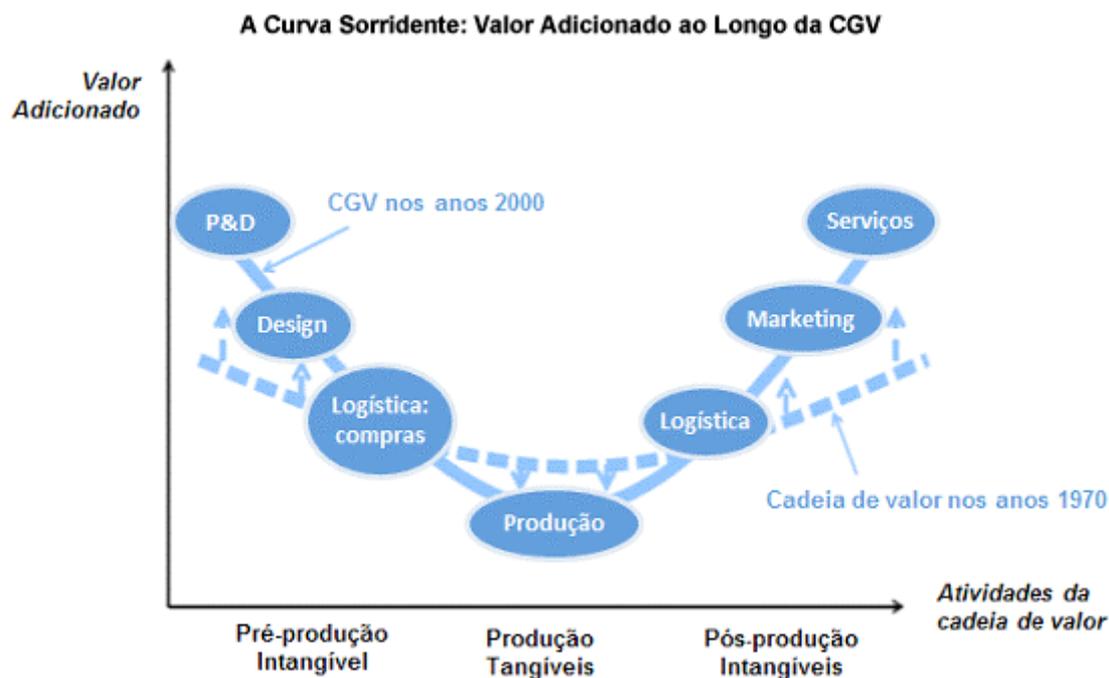
Assim, de acordo com essa leitura, as CGV não são a solução para os problemas do dinamismo da economia brasileira. Na perspectiva furtadiana, elas poderiam representar o perigo de elevar o grau de dependência das economias periféricas. Países, como o Brasil, teriam papel secundário nessas cadeias, não gerando a renda e emprego esperado. Há que se lembrar que as CGV trazem em seu bojo uma governança hierarquizada, o que faz com que as grandes empresas dos países centrais permaneçam no topo das cadeias. Evidentemente, isso torna o caminho para o desenvolvimento dos países periféricos mais difícil, por possuir poucas empresas de grande porte envolvidas no mercado internacional. Nesse sentido é que Furtado (1974: 87) afirma:

*“(...) a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro de dependência”*

O Brasil não está completamente fora das CGV, mas o lugar que ocupa é mais de fornecedor de insumos do que como exportador de produtos com maior valor adicionado. Por outro lado, empresas multinacionais têm, cada vez mais, buscado o mercado brasileiro e o latino americano, atraídas pelo mercado interno ou pela exploração de recursos naturais.

Para ilustrar essa questão, é relevante considerar a “curva sorriso” de Stan Shih, frequentemente utilizada para explicar que no ciclo produtivo as atividades relacionadas à P&D e serviços podem agregar valores mais elevados ao produto, enquanto que a produção do bem em si tende a acrescentar menos valor. O conjunto de atividades inter-relacionadas no ciclo produtivo – desde a pesquisa e desenvolvimento, design e

fabricação, até a fase de distribuição final e outros serviços pós-vendas – que envolve a criação de valor do referido bem, compõem uma cadeia produtiva.



A curva chama a atenção para as funções produtivas concentradas nos países periféricos e centrais. As atividades da base da cadeia (produção, montagem e logística) estão concentradas nos países em desenvolvimento. As funções localizadas nos países desenvolvidos referem-se às atividades de maior valor agregado como inovação, P&D, design, marketing e distribuição, branding e suporte pós-venda.

Trazendo essas observações para o caso brasileiro, observa-se que a economia tem um parque produtivo razoavelmente diversificado, mas que vem perdendo competitividade de forma sistemática. Não são expressivos os setores nos quais o Brasil participa de cadeias de valor como supridor de produtos intermediários. O parque produtivo nacional é tradicionalmente focado na produção interna da maior parte dos bens, com ênfase na oferta de bens de consumo final.

Em que pese o setor industrial não ser responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto este representa o centro da matriz produtiva de qualquer país com dimensões continentais como o Brasil, comprando, processando e vendendo produtos

para os demais setores da economia e para o resto do mundo. Uma indústria diversificada e competitiva é, portanto, condição necessária para o desenvolvimento produtivo do Brasil nos próximos anos, pois somente isso garantirá a geração de transmissão de ganhos de produtividade para toda a economia, bem como tornará os níveis de renda e o emprego mais estáveis em relação a choques externos e internos (BARBOSA, 2015).

#### **4. Possíveis caminhos para o Brasil nas Cadeias Globais de Valor**

Para Bielschowky (2012) um caminho possível para o crescimento da indústria seria o desenho de uma estratégia de desenvolvimento baseada em três frentes de expansão, ou melhor, três “motores” de desenvolvimento: consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura. Os “turbinaidores” desses motores do desenvolvimento são a inovação tecnológica e os encadeamentos produtivos nacionais.

O pensamento estruturalista cepalino de Prebisch e Furtado, provavelmente, aprovaria a formulação acima e perguntaria, por exemplo, o que o Estado estaria fazendo para planejar e garantir a operação satisfatória dos três motores do desenvolvimento.

Retomando-se a questão da inserção dos países periféricos, como Brasil, nas CGV, se faz necessário escapar de um modelo subordinado baseado em especializações pouco intensivas em tecnologia e conhecimento, como as atividades de transformação e montagem – que fazem contraponto às tecnologias e às atividades da ponta da cadeia, indicadas na curva, como P&D e design, por exemplo.

Apesar de o Brasil apresentar uma economia diversificada, tendo, diversos setores industriais instalados no país, trata-se, contudo, de um país heterogêneo estruturalmente.

A produtividade dos setores da economia brasileira apresenta assimetrias relevantes. De um lado, a agropecuária tem um melhor desempenho, em termos de produtividade quando comparada aos países menos produtivos, e, por outro lado, apresenta um desempenho desfavorável quando a comparação é feita com países mais produtivos.

**Diferencial da Produtividade do Trabalho no Brasil em Comparação Com os Países Mais e Menos Produtivos por macrossetores: 1995, 2000, 2005 e 2009**

Macrossetor	Brasil/país menos produtivo				País mais produtivo/Brasil			
	1995	2000	2005	2009	1995	2000	2005	2009
Agropecuária	5,0	5,4	4,8	4,5	16,4	21,0	24,8	21,7
Indústria extrativa	9,2	4,7	3,0	2,3	6,2	5,9	3,6	3,9
Indústria de transformação	5,4	4,2	2,9	2,1	4,7	4,9	7,4	9,0
Fornecimento de eletríc., gás e água	8,6	6,0	3,1	2,9	5,2	5,0	4,9	4,6
Construção	6,9	5,9	3,2	2,3	5,7	6,2	6,8	6,5
Serviços	7,9	5,7	4,0	2,9	5,6	5,9	6,5	6,4
<b>Total da economia</b>	<b>8,6</b>	<b>6,4</b>	<b>4,2</b>	<b>3,0</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>	<b>7,3</b>	<b>7,1</b>

Fonte: IPEA e ABDI.

Entretanto, alguns exemplos exitosos da economia brasileira merecem ser destacados, além dos setores ligados à agricultura. A indústria aeroespacial brasileira é uma das maiores produtoras de bens de alta tecnologia da economia global, impulsionando, assim, inovações em diversas áreas, como os transportes, comunicação e defesa. No Brasil, o setor aeronáutico tem uma participação mais qualificada nas CGV uma vez que, entre outras variáveis, o comércio é dominado por produtos finais e serviços pós-vendas, que estão na ponta da curva sorriso. Grande parte do desempenho desse setor deve-se a uma eficiente articulação de fornecedores de classe mundial e à busca incessante de conquistar mercados exigentes no exterior.

A trajetória virtuosa para uma maior internacionalização do sistema produtivo brasileiro dependerá, entre outros fatores, de políticas e instituições que permitam a sofisticação do perfil exportador brasileiro, bem como de governança, de uma ação do Estado como indutor do comportamento inovador da indústria.

Em que pese que as políticas públicas não sejam objeto deste artigo, é interessante ressaltar que o enfoque de CGV conduz, para as economias com estruturas produtivas mais diversificadas, à discussão sobre o desenho de políticas que contribuam para aumentar a parcela de valor agregado capturado pela economia doméstica. Ganha espaço, portanto, a discussão de instrumentos de política industrial e comercial que fomentem a crescente internalização pelas firmas nas CGV.

## Referências Bibliográficas

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. O Emprego no Pensamento Econômico da CEPAL. Dissertação de mestrado IE/UNICAMP, Campinas/SP, 2001.

BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M. e CARVALHO, L.. Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil. 1 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier; Rio de Janeiro: FGV. (2015).

BIELSCHOWSKY, R.. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão do Brasil. Economia e Sociedade. 20 anos número Especial. P. 729-747, Dez. 2012.

FAJNZYLBER, F. A industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”. Em: BIELSCHOWSKY, R. (orgs). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP (2000).

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Paz e Terra (1974).

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Em: BIELSCHOWSKY, R. (orgs). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP (2000).

NAYYAR, D. A corrida pelo crescimento. Países em desenvolvimento na economia mundial. Ed. Contraponto SP/SP (2013).

OLIVEIRA, L.G. Expansão Cíclica da Economia Brasileira: um resgate da abordagem de demanda derivada de Wallich. **Revista de Pesquisa em Política Públicas – RP3**, n.1, 2015, Brasília/DF. (2015a).

OLIVEIRA, LG. e EBLING, M. Estado, crescimento e tecnologia na América Latina. Uma reflexão sobre o capitalismo periférico latino americano. **Série Texto de Discussão CEAG/UnB n. 005/15**. Brasília/DF (2015b)

MARTINS CESAR de OLIVEIRA, S. E. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá – Brasília. Ed. FUNAG, Brasília/DF (2015).

PINTO, A. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. Em: BIELSCHOWSKY, R. (orgs). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP (2000).

PREBISCH, R. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino americano. Em: BIELSCHOWSKY, R. (orgs). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP (2000).

RODRÍGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2009).

STURGEON, T.; GEREFFI, G.; GUINN, A. e ZYLBERBERG, E.. **A Indústria Brasileira e as Cadeias Globais de Valor – Uma análise com base nas indústrias aeronáutica de dispositivos médicos e de eletrônicos**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI. (2014)

OCDE/OMC (2013a) *Interconnected Economies: benefiting from global value chains*. Preliminary Version. Disponível em: [http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/ocd/science-and-technology/interconnected-economies\\_9789264189560-en](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/ocd/science-and-technology/interconnected-economies_9789264189560-en). Acesso em: 02 de novembro de 2015.

**O lugar do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**. Carta IEDI n. 578. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_578.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_578.html). Acesso em 28 de outubro de 2015.